

Querem suspender a Constituição

28 OUT 1969

JORNAL DA TARDE

O ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, revelou ontem que dois ministros do Tribunal Federal de Recursos lhe sugeriram providências político-legislativas capazes de suspender por dois anos, pelo menos, a vigência da nova Constituição.

Segundo os dois juristas, no período de suspensão o Congresso trabalharia "para corrigir graves defeitos do texto constitucional" que estão tornando o País ingovernável, e, em seguida, prepararia toda a legislação complementar. Cardoso Alves disse que não discordou da idéia, nem concordou, mas admitiu que a nova Carta está criando enormes dificuldades ao País, ao contrário do que apregoava Ulysses Guimarães.

Recusando-se a revelar os nomes dos ministros do TFR que lhe fizeram a sugestão, Cardoso Alves reconheceu que seria muito difícil os partidos e suas lideranças parlamentares concordarem com a suspensão da vigência da nova Carta.

Sem entrar no mérito da proposta dos dois ministros, Cardoso Alves afirmou que a nova Carta está criando dificuldades a todos os setores do País, principalmente ao governo, ao Judiciário, empresários e trabalhadores. "A greve dos servidores públicos é um exemplo. O dispositivo que assegurou o direito de greve ao funcionalismo reclama urgente regulamentação. Os exemplos são muitos e a sociedade já está sentindo que a Carta que o presidente do PMDB exalta tanto tem lá seus defeitos, que não são poucos", disse o ministro.

Pelo que lhe disseram os ministros do TFR, se suspensa a vigência da nova Constituição para um amplo reexame, vigoraria o texto constitucional anterior — a Constituição outorgada pelos ministros militares em 1969.